

TEM QUE MORRER PARA GERMINAR: Crise e reinvenção do jornalismo na era digital¹

Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade – Zefinha Bentivi²

Universidade Federal do Maranhão

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

Problematizam-se, neste trabalho, as incertezas e as especulações quanto ao papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas, tanto no campo de produção de conhecimento e da formação técnico-científica, quanto no campo das atividades profissionais. Partindo do princípio de que o jornalismo vive uma crise de identidade e de legitimidade, este artigo discute as razões da crise ou da antítese de um modelo (pensando dialeticamente) e apresenta a tese de que a cultura digital ou cibercultura agudiza a crise, possibilitando, quem sabe, uma síntese ou um novo jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Cultura Digital; Linguagem; Crise; Reinvenção.

INTRODUÇÃO

[...] A tensão entre analógicos e digitais se resume na incerteza de como o jornalismo irá sobreviver para continuar a relatar os fatos de forma independente, fiscalizar os poderes e regar o diálogo crítico. [...] Desde Gutemberg até a emergência da internet comercial – lá se vão exatos 555 anos – a indústria da informação era totalmente responsável pela cadeia de valor do seu empreendimento. Dominava 100% do seu modelo de negócio. A partir de 1995, quando a internet se tornou negócio com as facilidades de *world wide web*, a indústria da comunicação foi colocada à prova (COSTA, 2012, p. 13).

No texto acima, Caio Túlio Costa oferece pelos menos duas questões relevantes para pensar o jornalismo. A primeira é a constatação de que os meios de informação tradicionais perderam o domínio da cadeia de valor informativo, em razão da emergência da internet e do conseqüente desenvolvimento de uma cultura digital, cuja lógica, conforme o autor, modifica completamente os modelos de negócio do jornalismo. A segunda diz respeito ao reconhecimento, ao mesmo tempo, do valor do jornalismo nas sociedades

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: zefinhbentivi@yahoo.com.br

contemporâneas, mas também da incerteza quanto aos caminhos a serem tomados por este campo midiático³ que perdeu o monopólio da informação e da opinião.

De acordo com o autor, em mais de cinco séculos, a indústria da informação distribuiu conteúdos de forma unilateral, “despejou informação e opinião nos leitores, nos ouvintes e nos telespectadores”. Situação que se modifica completamente, quando “o leitor, o ouvinte, o telespectador agora têm totais condições, sem nenhuma *expertise* ou poderio financeiro, de produzir informação e opinião” (COSTA, 2012, p. 14). Defende Costa que o mundo digital, embora não invalide o papel dos jornalistas na sociedade, estes deixaram de ser os atores principais, tornando-se coadjuvantes do complexo mundo da informação e da comunicação.

Reflexões como essas podem não alcançar consensos, contudo demonstram os incômodos, as especulações e as incertezas quanto ao papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas, tanto por parte da sociedade, que terá cada vez mais dificuldade de diferenciar a informação produzida por jornalistas, dos demais conteúdos que circulam no espaço social, sobretudo na internet, quanto para os próprios profissionais que atuam num campo de instabilidades e que transitam entre lógicas, na maioria das vezes, inconciliáveis, como, por exemplo, adotar estratégias que garantam ao sujeito produtor do jornalismo um diferencial entre a *subjetividade constitutiva* (inevitável), da *subjetividade facultativa* (intencional) (Bentle, 1998, p. 219 apud SPNHOLZ, 2009, p.178).

Conflito, aliás, que representa um dos problemas ontológicos da profissão, tendo em vista que a categoria *objetividade* é fundante para as práticas profissionais dos jornalistas, todavia, conforme Hohlfeldt, (2001, p. 13), também “é marcada pela ambiguidade e crescente desvalorização científica e relativização, mas, ao mesmo tempo, continua mitificada em vários segmentos”. Por sua vez, o jornalista e professor Eugênio Bucci (2012 p. 26) aborda outro tipo de preocupação do campo, a formação profissional, assinalando que os cursos de jornalismo precisam saber definir o ofício que pretendem ensinar. “Para nós, professores (eu sou um desses), definir, em termos objetivos, o que vem a ser a profissão que ensinamos tem sido uma ambição mais inviável do que a de um filósofo disposto a explicar o que é filosofia” (p. 26).

³ Expressão utilizada para designar a autonomização da experiência do domínio midiático, na modernidade tardia. O processo de construção de um campo autônomo de mediação característica da modernidade tardia desenrolou-se, sobretudo, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e consumou-se efetivamente a partir de meados dos anos 80. Contribuíram decisivamente para a constituição do campo os media, não só a natureza logotécnica do desenvolvimento tecnológico mais recente, com a invenção dos dispositivos da informação, mas também as transformações políticas, sociais e culturais que ocorreram ao longo das últimas décadas. (RODRIGUES, 2000, p. 22)

Das reflexões, o que chama atenção é a crise de identidade⁴ por que passa o jornalismo, tanto no campo de produção de conhecimento e da formação técnico-científica, quanto no campo das atividades profissionais, principalmente quanto à adoção de modelos de produção noticiosa que revelam dissensos entre as concepções teóricas e as práticas de produção, distribuição e consumo dos produtos jornalísticos. Partindo, pois, do princípio de que o jornalismo vive uma crise de identidade e de legitimidade, este artigo discute as razões da crise ou da antítese de um modelo⁵ (pensando dialeticamente) e apresenta a tese de que a cultura digital ou cibercultura agudiza a crise, possibilitando, quem sabe, uma síntese ou um novo jornalismo.

Pensa-se com Lemos (2003, p. 70) que o surgimento de novas e incontáveis formas jornalísticas, bem como a ampliação, transformação e reconfiguração das formas jornalísticas tradicionais são consequência do advento da cibercultura esta que, conforme o autor, define-se como um fenômeno “sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica, que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática, na década de 70”.

Importa ressaltar que as novas formas sociais a que se refere Lemos, denominadas como sociabilidades pós-modernas, são predominantemente marcadas, conforme Santaella (2007), pelos estados de incerteza, pelas condições cambiantes, maleáveis, fluidas, transbordantes, excessivas, complexas e contraditórias das sociedades contemporâneas. A autora assim reflete, por concordância com a postulação de Bauman (2001, p. 8, apud SANTAELLA, 2007, p. 14), autor que caracteriza a sociedade pós-moderna pela metáfora do líquido⁶ Santaella explica que a sociedade moderna anterior, caracterizada por Bauman por *modernidade sólida*, tinha como objetivo desmontar a sociedade herdada, transformando-a em melhor, porém novamente sólida. Já a *sociedade*

⁴ Andrade (2012), no Artigo **EM BUSCA DA IDENTIDADE PERDIDA: A Crise da racionalidade do jornalismo impresso** (no prelo), problematiza-se esta questão.

⁵ O modelo a que se faz referência baseia-se no princípio de que a validade e a legitimidade social do jornalismo se assentam na crença de que esta é uma atividade que profere a verdade, porque se pauta na realidade, na objetividade, na imparcialidade, naquilo que tradicionalmente se designa de *racionalidade jornalística*. (Aparato, ao mesmo tempo, ideológico, contextual e instrumental, designado racionalidade jornalística; fazer institucionalizado e sistemático, pela adoção de rotinas, tomadas de decisões, seleção e apresentação dos fatos, mobilização de fontes, uso de estratégias para lidar com fatos, fontes, valores, tempo e decisões de produção (TUCHMAN apud TRAQUINA, 1999, p. 74; 88-89)). Concepções que se *traduzem* em técnicas legitimadas e reproduzidas nas escolas de jornalismo e nas redações dos jornais pelo uso de tecnologias discursivas (regras que se apreendem na estrutura das narrativas jornalísticas como o uso do *lead*; o *afastamento* do narrador pelo uso da terceira pessoa; a apresentação de provas; o recurso da mobilização de vozes, entre outras). Recursos, enfim, que intentam apagar subjetividades e parcialidades, criando-se, por conseguinte, efeitos de realidade. (ANDRADE, 2011, p. 62)

⁶ A liquidez caracteriza o estado da sociedade moderna porque esta, como os líquidos, singulariza-se pela incapacidade de manter formas. Diferente da sociedade moderna anterior, chamada por Bauman de “modernidade sólida”. (SANTAELLA, 2007, p. 14).

líquida caracteriza-se pela incapacidade de manter as formas. Tudo está em permanente estado de desmontagem, de fluidez, o que exige repensar “velhos conceitos que costumavam cercar as narrativas das estruturas sistêmicas agora derretidas pelos fluidos” (SANTAELLA, 2007, p. 14).

Nesse contexto e, a partir da constatação de que o mundo pós-moderno modifica as relações de poder e das experiências humanas, pondo em xeque toda espécie de narrativa totalizante, é que se problematiza o jornalismo, tendo em vista que esta atividade tem sua gênese no rol das práticas sócio-econômico-culturais que tipificam a modernidade, sobretudo se põem em discussão as regras ou a pragmática do discurso jornalístico, face aos desafios intensificados pelas mudanças e incertezas de como o jornalismo irá “sobreviver, para continuar a relatar os fatos de forma independente, fiscalizar os poderes e regar o diálogo crítico” (COSTA, 2012, p. 12).

DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE: A MORTE E A MORTE DO JORNALISMO.

A fruição para iniciar este tópico proveio da maravilhosa provocação do escritor brasileiro Jorge Amado (1998), na novela **A morte e a morte de Quincas Berro D'Água**, uma narrativa que conta as incontáveis mortes de Joaquim Soares da Cunha, o Quincas. Morte natural, morte simbólica, morte preferida... Morte, por fim, como sintoma de escolhas entre a ordem instituída e a liberdade ou outras ordens. Simbolicamente, a liberdade vence. Quincas morre mais de uma vez, mas vive na liberdade de escolha, transforma-se! Do conflito, portanto, o recomeço, a reinvenção.

Tem sido assim com o jornalismo. José Marques de Melo (2006) registra que, a despeito de a atividade ter recuperado, nas últimas décadas, o prestígio desfrutado nos áureos tempos do capitalismo industrial, conforme atesta Érick Neveu (apud MELO, 2006 p.9), analistas, como Nobre-Correia (apud MELO, 2006, p.9), “endossam o couro dos que vaticinam a *morte do jornalismo*”. Defende-se, porém, que uma tendência ou sintoma não exclui outro/a. De fato, o jornalismo já morreu e renasceu inúmeras vezes, desde o seu aparecimento. De forma mais radical, agora, com a cultura digital, como nos alerta Santaella (2007, p 94), “as inovações e as mudanças no universo digital são exponenciais”. “Estamos no olho do furacão e as convergências tecnológicas estão apenas começando”. Eis a razão por que se fala de morte, como antítese e vida, como síntese.

Importa destacar que o jornalismo institucionalizou-se como um dos principais campos de mediação da experiência moderna do mundo. Dessa maneira, a emergência da comunicação/jornalismo deve-se ao projeto de transparência e visibilidade da esfera pública, da constituição de um sujeito *esclarecido*, *emancipado* e *autônomo* que reivindica a si a legitimidade das maneiras de *ser*, *fazer* e de *dizer*, uma vez que a viragem dos tempos modernos configurou-se como uma ruptura completa com qualquer instância transcendente de legitimação. Desse modo, a legitimidade do *ser*, do *fazer* e do *dizer* está relacionada ao desenvolvimento da racionalidade (do conhecimento) em duas grandes modalidades de manifestação da experiência: a *expressiva* (o dizer) e a *pragmática* (o fazer). De acordo com Rodrigues:

As regras que os fundamentam dependem doravante da capacidade argumentativa de uma pluralidade de instâncias, para o efeito, constituídas em campos sociais com relativa autonomia, tanto na definição dos fundamentos da legitimidade e das materialidades simbólicas da sua expressão, como na criação das normas de adequação destas materialidades ao dizer e ao fazer comuns (RODRIGUES, 1994, p. 174).

Como se pode observar, na lógica de uma sociedade que legitima seus membros pelo conhecimento, o jornalismo entroniza-se, ao ocupar um espaço como instância de produção de saber e a institucionalização da atividade, no circuito produção, circulação e consumo dos produtos jornalísticos, constituindo-se num campo cultural/social, o que implica “padrões de comportamento, sistemas de normas técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização específicos e disputas de poder e saber” (BOURDIEU, 1998, p. 27).

Nesses termos é que Marcondes Filho (2002) situa o jornalismo no projeto da modernidade, caracterizando-o em quatro fases: *o jornalismo da “iluminação”*, de 1789 à metade do século XIX; *o jornalismo como grande empresa capitalista*, da segunda metade do século XIX; *o jornalismo dos monopólios*, do século XX e *o jornalismo da era tecnológica*. O primeiro jornalismo, essencialmente político-literário, sem fins econômicos, refletiu um momento de euforia com os valores modernos. No segundo, a imprensa torna-se um negócio e as tecnologias começam a transformar os processos de produção da notícia – mercadoria – que concorre com a publicidade para o sucesso das empresas de comunicação. Já o terceiro jornalismo delimita-se pelas transformações científicas e tecnológicas e o desencanto com os ideais da modernidade. Também começa a competir com novas formas de comunicação, como a publicidade e as relações públicas, em processo de desintegração e de enfraquecimento.

No tempo presente, que se convencionou chamar de pós-modernidade, ainda de acordo com Marcondes Filho, o quarto jornalismo constitui-se pela diminuição das fronteiras entre jornalismo, entretenimento e outras formas de expressão, pela inflação de material produzido para a imprensa pelos diversos campos sociais e pelo contínuo e veloz aprimoramento das tecnologias da informação. Como consequência, verifica-se a progressiva substituição dos jornalistas pelos sistemas de comunicação tecnológicos, alterando “o papel histórico do jornalista como um ‘contador de histórias’ (repórter) mas também como um ‘explicador do mundo’ (analista/comentarista)” (MARCONDES FILHO, 2002, p.30).

Convém esclarecer que o mapeamento do jornalismo, em diferentes momentos histórico-culturais, ajuda a compreender esta e outras atividades sociais como construtos de contextos econômico-sociais. Para tentar explicá-los, recorre-se a variáveis como espaço, tempo, economia, poder/estado; sobretudo, o domínio das tecnologias. A variável tecnologia é, assim, elemento central para definições das concepções e das práticas de um campo cujas lógicas se veem em constante desestabilização.

Do inventário e das concepções de Marcondes Filho, pode-se inferir que alguns jornalisismos já *morreram*, enquanto outros *germinaram*, em decorrência de determinantes de ordens várias, que vão, desde fundamentos político-econômicos e ideológicos, próprios da dinâmica do capitalismo, a conflitos, guerras, regulamentação e/ou desregulamentação do capital; entusiasmos e decepções com os rumos da humanidade e, principalmente, às transformações operadas pelas tecnologias. É importante destacar que a tecnologia tem sido a categoria preferencial de alguns teóricos para descrever a sociabilidade, sobretudo no que se refere ao papel dos meios de comunicação.

Neil Postman (1992), por exemplo, designa de *tecnopólio* ao fenômeno de transformação da estrutura dos nossos pensamentos, das nossas experiências pessoais e culturais que as tecnologias provocam. O pensador afirma que as tecnologias “alteram a natureza da comunidade: a arena na qual os pensamentos se desenvolvem” (p.29). Reunindo pensadores como Karl Marx e Marshall McLuhan (teóricos de filiações ideológicas aparentemente inconciliáveis), Postman apresenta a tese de que, além do determinismo econômico, segundo o qual as condições materiais determinam as condições imateriais da existência, as tecnologias criam as maneiras com as quais as pessoas percebem a realidade e que estas percepções são a chave para compreender diversas formas de vida social e mental. Por livre associação, ousa-se dizer que o postulado “*o motor da*

história é a luta de classe” tem um correspondente entre os tecnófilos: “*o motor da história é a tecnologia*”.

Dentre as tecnologias, nada, porém, foi/tem sido tão impactante para a comunicação (o jornalismo em específico) do que o desenvolvimento do processo digital. O poder transformador dos *bits*⁷ só tem similaridade com o aparecimento da escrita. Esta que, de tão *transgressora*, sobrevive e vai se moldando aos diferentes dispositivos de comunicação (do analógico ao digital).

A RACIONALIDADE JORNALÍSTICA EM TEMPOS DE LINGUAGENS LÍQUIDAS

Não resta dúvida de que qualquer discussão que se faça sobre a comunicação (o jornalismo, em especial), na sociedade contemporânea, passa pela discussão dos meios e, sobretudo, pelo papel determinante das tecnologias da informação. Entre os teóricos que descrevem a sociedade pelo viés tecnológico, Castells (2007, p. 119) considera que a base material das sociedades é a tecnologia da informação, cujo desenvolvimento acelerado tem implicações, inclusive e principalmente, no próprio capitalismo. Para o autor, a revolução, a nova economia – informacional, global e em rede – provocou uma verdadeira revolução, transformando a natureza do próprio capitalismo.

Nem todos os pensadores, porém, atribuem aos aparatos tecnológicos, especialmente aos dispositivos de informação e comunicação, a plena responsabilidade pelo surgimento de novos ambientes socioculturais. É o caso de Lúcia Santaella (2003, p. 24, 25), pesquisadora que alerta para o equívoco de se julgarem as transformações culturais apenas pelo advento das novas tecnologias e dos novos meios de comunicação e cultura. Para ela, o que é determinante são os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens. Ainda, de acordo com a autora, são as linguagens que realizam a mediação primeira. Os dispositivos tecnológicos, os canais, são o suporte material nos quais e pelos quais as linguagens transitam e se constituem enquanto tal. Não se podem, por conseguinte, entender estas dimensões de forma dicotômica e de valorações separadas.

Defende a autora que sejam (signos e suportes), simultaneamente, *uma coisa e outra (juntas, com o mesmo peso e não uma mais que a outra)*. Logo, por conta da

⁷ “Via digitalização, quaisquer fontes de informação podem ser homogeneizadas em cadeias sequenciais de 0 e 1. Essas cadeias são chamadas de *bits*. Um *bit* não tem cor, tamanho ou peso e é capaz de viajar à velocidade da luz” (SANTELLA, 2008, p. 49, apud SIGNORINI).

indissociabilidade entre processos comunicativos e culturais e os suportes materiais que os corporificam, é imprescindível que estudos e pesquisas sobre o tema tenham o cuidado de enfocar o caráter mediador das tecnologias, considerando, principalmente, que “as tecnologias só podem cumprir o papel de mediador porque são tecnologias da linguagem” (SANTAELLA, 2007, p.81).

Como se pode observar, embora nem todos os pensadores que estudem os impactos das tecnologias na sociedade cheguem a considerar que os dispositivos tecnológicos seriam responsáveis pelo surgimento, inclusive, de um novo modo de produção, como o faz Castells (2007), a verdade é que, na atualidade, a cultura digital subjaz a todos (ou quase todos) os estudos e pesquisas sobre as potencialidades e as funções dos meios de comunicação e das profissões relacionadas a tais meios.

No texto usado na abertura deste artigo, por exemplo, Costa (2012), partindo da descrição da tensão geracional entre analógicos e digitais, discute o atual estágio do jornalismo, identificando mudanças profundas nas concepções, nas práticas, nos negócios e na formação daqueles que lidam com a informação jornalística. O mundo digital, como se viu na abertura, atribui um novo papel ao jornalismo. Nos termos apresentados, cabe um questionamento: Se os meios de comunicação tradicionais e os jornalistas perderam o monopólio da informação e da opinião, em razão da cultura digital, como afirma Costa (2012, p.14), como explicar que os jornais, as revistas, as agências clássicas de notícia, ainda de acordo com o autor, surjam com mais relevância nos resultados da pesquisa do Google, por exemplo? Ele mesmo responde: “Se eles têm mais relevância é porque têm credibilidade” (p.14).

Por óbvio e por contraditório e, principalmente, por se considerar oportuna a problematização, é que se traz à cena Eugênio Bucci (2012, p.30). Para ele, “ao contrário do que muitos afirmam, a singularidade de nossa profissão, o seu conceito básico, não se dilui com o advento da era digital”. Ele acrescenta que a participação da sociedade na elaboração de conteúdos, decorrência da cultura digital dotou a imprensa de mais vasos comunicantes, mais massa crítica, o que resulta em um jornalismo mais denso, mais diverso, mais plural. No olhar do autor, o jornalismo não perdeu a razão de ser, tampouco sua especificidade. Vê-se agora, porém, desafiado a incorporar novas lógicas, novos conceitos, nova racionalidade. Tese que vem ao encontro das formulações que se desenvolvem neste artigo.

Aqui convém retomar uma problematização central neste trabalho: O princípio, segundo o qual há um diferencial, uma especificidade que define os jornalistas

como profissionais preparados, técnica e cientificamente, para lidar com um conjunto de práticas (apuração dos fatos, domínio dos padrões discursivos, entre outros), supõe exigir do jornalista a mesma qualificação do sujeito esclarecido, que reivindica a si a legitimidade *do ser, do fazer e do dizer* que se traduz numa racionalidade.

Nessa linha de raciocínio, Benedeti (2009, p.115) confirma que cabe aos jornalistas desenvolver competências e habilidades que os diferenciem como mediadores sociais no que concerne a: 1) *saber o que mediar* (os acontecimentos e questões atuais de interesse público, além do próprio debate público; 2) *como mediar* (com informações verdadeiras produzidas com transparência, independência, equilíbrio e pluralidade); e 3) *para quem mediar* (para o interesse público). Tais competências sintetizam-se em três dimensões da mediação jornalística: *o conhecimento, a linguagem e o consenso*. (BENEDETI, 2009, p. 116).

É, porém, a dimensão da linguagem, das narrativas jornalísticas, que corporifica as demais dimensões. É, também, na linguagem o lugar em que se revelam os paradoxos responsáveis pela crise em relação aos princípios fundantes da atividade jornalística, tais como: apreensão objetiva dos fatos e da consequente construção dos produtos jornalísticos, por meio de relatos, de igual modo, objetivos, pela adoção de rotinas, técnicas e estratégias discursivas que assegurariam ao texto jornalístico, de acordo com Benedeti (2009, p. 121,122), *veracidade, comunicabilidade, pluralidade, socioreferencialidade, inteligibilidade e transmissibilidade*, atributos que, minimamente, representariam um diferencial de qualidade ao texto jornalístico e o diferenciariam de outros textos produzidos na sociedade, principalmente aqueles que circulam no ciberespaço.

Ao que parece, a racionalidade jornalística supõe que “o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional se ao menos se pudesse apreendê-lo de forma correta”, conforme discute Harvey (1998, p.35). Neste caso, não se estaria tentando manter uma lógica de um mundo *sólido* para o jornalismo e suas práticas, quando a realidade que o matiza e o constitui é *líquida*?

Linguagens, antes consideradas do tempo – verbo, som, vídeo – especializam-se nas cartografias líquidas e invisíveis do ciberespaço, assim como as linguagens tidas como espaciais – imagens, diagramas, fotos – fluidificam-se nas enxurradas e circunvoluções dos fluxos. Já não há lugar, nenhum tipo de gravidade de antemão garantido para qualquer linguagem, pois todas entram na dança das estabilidades. Texto, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõem-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se. (SANTAELLA, 2007, p.24)

As linguagens, ainda acompanhando Santaella, perderam a estabilidade que os suportes fixos lhes emprestavam. Tal condição altera substancialmente a arquitetura que sustenta as concepções de texto, tanto na perspectiva teórica, quanto prática, uma condição que modifica, de certo, as estratégias textuais do jornalismo, dentro e fora das redes.

É importante assinalar que concepção de texto que subjaz ao paradigma da racionalidade jornalística (de viés estruturalista⁸) supõe o domínio e o controle de significações, concepções que vêm sendo questionadas pelos estudos da linguagem, implicando mudanças políticas, estéticas e éticas, uma vez que põem, pragmaticamente, valores pré-dados em questão.

Nesse sentido, pesquisadores como Jacques Derrida, no final dos anos 60 do século passado, puseram em questão o cientificismo da abordagem estruturalista, ainda vinculada ao positivismo racionalista do século XIX (NASCIMENTO apud SIGNORINI, 2008, p. 109, 110). Estes autores, designados como *pós-estruturalistas*⁹, rechaçaram a concepção de que há uma estrutura textual que dê conta de conter o sujeito e a história, que seja capaz de domar os sentidos. A identificação de categorias como o *dialogismo*¹⁰ de Mikhail Bakhtin e a *intertextualidade*¹¹, um dos vetores do dialogismo, construído por Júlia Kristeva, contribuíram para modificar a concepção de texto.

No tema, Connor (1989, p. 164) explica que, subjacente aos postulados que desestabilizaram as formas de texto orientadas pelo viés estruturalista (como o jornalismo

⁸ Derivado de estrutura (structura em latim, do verbo struere), o termo foi consagrado no final do século XIX por Durkheim (Les Règles de la méthode sociologique, 1895). Tornou-se, porém, conhecido como método e programa fundador da Linguística Moderna. Fundamentado na Linguística e na Antropologia, pretendeu fornecer uma base rigorosamente científica para a teoria e a prática das ciências humanas. (DOSSE, 1993, p. 15-16).

⁹ “O termo pós-estruturalismo surgiu no final da década de 60 em solo americano para designar um conjunto de pensadores como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Roland Barthes, Jean François Lyotard, Júlia Kristeva, dentre outros. Pensadores que tomaram distância de um movimento que tivera seu auge em torno de 1966, “o estruturalismo”. (NASCIMENTO, apud SIGNORINI, p. 109).

¹⁰ “Conceito emprestado, pela Análise do Discurso, ao Círculo de Bakhtin e que se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem. Mas o termo é ‘carregado de uma pluralidade de sentidos muitas vezes embaraçantes’, não somente – conforme afirma Torodov (1981: 95) – nos escritos do Círculo de Bakhtin, mas, igualmente, devido às diferentes maneiras como ele foi compreendido e retrabalhado por outros pesquisadores [...]. Para Bakhtin e Volochinov, com efeito, ‘o diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural da linguagem. Mais ainda: os enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um locutor único – por exemplo, o discurso de um orador, o curso de um professor, o monólogo de um ator, as reflexões em voz alta de um homem só – são monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos’ (VOLOCHINOV, 181:292) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 160-161).

¹¹ “A noção de *intertextualidade* foi introduzida por Kristeva (1969) para o estudo da literatura; com isso, chamava atenção para o fato de que a *produtividade* da escritura literária redistribui, dissemina... textos anteriores em um texto; seria preciso, pois, pensar o texto como *intertexto*. Concepção ampliada por Barthes: ‘Todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob as formas mais ou menos reconhecíveis [...] O intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é recuperável, de citações inconscientes ou automáticas, feitas sem aspas’ (1973)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 288-289).

ou mesmo os textos científicos e didáticos) está a desconfiança na generalizada capacidade de a linguagem produzir verdades acerca do mundo ou sobre outros gêneros de linguagem. Conforme o autor, o surgimento das teorias do discurso, que enfatizam a inserção de todo enunciado em seus contextos sociais particulares, em vez da autoridade de regras e sistemas abstratos, é responsável pelo abandono ou pelo *ataque* (a expressão é do autor) aos sistemas de representação textuais.

Convergindo com as disposições epistemológicas dos autores pós-estruturalistas, Nascimento (apud SIGNORINI, 2008, p. 111) postula que, em vez de existir como entidade em si mesma, detentora de uma estrutura universal, o texto funciona em rede, tendo em vista que o leitor (aqui entendido como sujeito) articula a massa dos escritos preexistentes, o que implica adotar uma nova noção de signo, de texto e de escritura. A ideia é que não há *texto em si*, não há, por conseguinte, uma narratividade geral com possibilidade de significação controlada. Há, isto sim, um jogo de remissões sem interrupção dos fluxos de referência e das inscrições, o que remete a entender o enunciado como fruto da enunciação. O autor destaca, por meio de Derrida (1990, apud NASCIMENTO, apud SIGNORINI, 2008, p. 121), que “os vínculos entre as palavras, os conceitos e as coisas, a verdade e a referência não são absoluta e puramente garantidos por alguma metacontextualidade ou metadiscursividade”.

Corroborar-se com Foucault (1999a), para quem os discursos ultrapassam os recursos linguísticos (letras, palavras e frases) e expressam bem mais do que os pensamentos. É, porém, na dimensão do real que ele (o discurso) se manifesta e é no campo dos enunciados que toda realidade se pode apreender. Enunciados que se apreendem na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem. Dessa forma, o discurso é um acontecimento que não pode ser esgotado inteiramente, nem pela língua, nem pelo sentido. É constituído por palavras e por signos. Entretanto, interessa sua condição mesma de enunciado, e não seus aspectos puramente linguísticos. Diante disso, analisar um enunciado é reconhecer suas especificidades, é apreendê-lo como um acontecimento situado no tempo e no espaço e que pertence a uma dada formação discursiva. Para Bakhtin (2006), o enunciado é a real unidade da comunicação discursiva. O discurso, desse modo, só pode existir, de fato, na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso.

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetual. A escolha dos meios linguísticos e dos

gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela idéia) do sujeito do discurso (ou o autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades (BAKHTIN, 2006, p.289).

As concepções de texto e de discurso elencadas aqui conferem ao fazer jornalístico uma ambivalência, quando se cruzam as especificidades do campo profissional com as práticas da profissão e se constata que (em parte ou no todo) os valores que instituem a racionalidade jornalística são negados. Andrade (2011) identificou, no jornalismo maranhense, a preponderância do valor retórico nas notícias dos jornais impressos, verificando-se, em decorrência, um comportamento *esquizofrênico* dos jornais quando tentam entrelaçar (conjuguar), esconder ou camuflar, engajamentos político-partidários por meio de uma estrutura textual que busca, a todo custo, assegurar o lugar da verdade, do dizer verdadeiro, pelo acionamento das técnicas do jornalismo. “Por conseguinte, verificou-se que o *ethos*, a prova ética, na construção noticiosa do jornalismo maranhense, sobrepõe-se, a tal ponto, que a notícia se torna um *espetáculo*” (ANDRADE, 2011, p.128).

Concluiu-se, naquele estudo, que as notícias podem/podiam suscitar suspeitas ou, ao contrário disso, revelar que, de fato, ali está incontestavelmente a versão dos fatos. Considerando-se esta possibilidade, foi possível supor que, no processo de recepção das narrativas do jornalismo impresso maranhense, as notícias eram/são recebidas por uma plateia (pensando a notícia como espetáculo) que pode “aderir” “tomar posição”, realizar, enfim, uma leitura partidarizada ou, indiferente, simplesmente assistir ao espetáculo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões realizadas sobre o jornalismo possibilitaram concluir que, de fato, o campo vive uma crise de identidade. No epicentro da crise ou das crises, a impossibilidade de se conjuguar, no plano teórico e prático, as dimensões da racionalidade jornalística, nos termos em que aqui se discutiram. Um tema que tem cada vez mais relevância para os estudos e os debates sobre jornalismo, sobretudo quanto se aventa ser possível operacionalizar, pela via da produção noticiosa, a construção de produtos noticiosos cuja especificidade se diferencie e revele (identifique) a formação técnico-científica de quem o produz; quando se acredita que o papel do jornalismo seja produzir informação relevante para a sociedade, como defende Bucci (2012), o “jornalismo é a

linguagem e a atividade daqueles que, na instituição da imprensa, trabalham, com independência editorial, [...] para atender ao direito à informação”.

Em que pese, contudo, o reconhecimento da importância social do jornalismo (e até em razão desta) os questionamentos e as instabilidades são cada vez mais constantes. São incertezas quanto à identidade dos modelos de negócios do jornalismo; da formação e da regulamentação da profissão, das suas epistemes e de suas práticas, entre outras dimensões igualmente relevantes.

A crise de identidade complexifica-se com o advento da cultura digital que empreende mudanças nas cadeias de valor do jornalismo e, de certo, exigem formação e prática para o domínio de formas de narrar, adequadas aos dispositivos digitais, e que atendam às especificidades do campo. Felizmente, crises, pensando dialeticamente, são sintomas de morte e renascimento ou reinvenção, como tem acontecido com outras situações sociais. O fato é que a instabilidade e as incertezas do campo provocam reflexões e ações.

Nos campos profissional e acadêmico, registram-se bons exemplos de reinvenção. Kamil Klatell (2012), responsável pela área de estudos internacionais da *Columbia Journalism School*, advoga que as ciências da computação, engenharia e processamento de dados são parte integrante do jornalismo. Para ele, pesquisas conjuntas, desenvolvimento de produtos e implementação de inovações podem melhorar o conteúdo do jornalismo e preencher lacunas. Ele informa que a Escola de Jornalismo da *Columbia University* lançou iniciativas para promover inovação sinérgica e interdisciplinar do jornalismo. É um caminho! Outros tantos, com certeza, forjam-se nos diferentes espaços sociais. É o devir próprio das histórias natural, humana e social.

E assim se vão construindo outros jornalismo. Da crise, reinvenção!

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **A morte e a morte de Quincas Berro D'Água**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

ANDRADE, Josefa M. e S. B. **As narrativas da Atenas brasileira: Modos de dizer e modos de ser no jornalismo maranhense**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação. Niterói, 2010.

- _____, Josefa M. e S. B. **Em busca da identidade perdida: a crise de racionalidade do jornalismo impresso.** (Prelo). São Luís, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística – Do conceito à prática.** Florianópolis: Insular, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUCCI, Eugênio. **Uma profissão, um conceito.** Revista de Jornalismo ESPM. São Paulo – Rio de Janeiro – Sul. n. 3, p. 26-30, out./nov./dez./2012.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura,** V.1, 10ª edição, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2009.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.
- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo.** São Paulo: Loyola, 1989.
- COSTA, Caio Túlio. **Analógicos versus digitais.** Revista de Jornalismo ESPM. São Paulo – Rio de Janeiro – Sul. n. 2, p. 11-15, Jul./ago./set./2012.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999a.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1998.
- HOHLFELDT, Antonio. **Objetividade, categoria jornalística mitificada.** Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande-MS, setembro/2001 [cd-rom] São Paulo, Intercon/Portcom: Intercom, 2001. Disponível em <http://hdl.handle.net/1904/4363>
- KLATELL, David. **Discurso editado.** Revista de Jornalismo ESPM. São Paulo – Rio de Janeiro – Sul. n. 3, p. 12-13, out./nov./dez./2012.
- LEMONS, André; CUNHA, Paulo (org.) **Olhares sobre a Cibercultura.** Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos.** 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1994.

_____, Adriano Duarte. **Dicionário Breve da Informação e da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____, Lúcia. **As linguagens como antídotos ao midiacentrismo**. Revista Matrizes. São Paulo, n.1, outubro/2007.

_____, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura**: o advento do pós-humano. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 22, dezembro/2003.

SIGNORINI, Inês. **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento Objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Comunicação e linguagens, 1999.